

ESCALA INTERCULTURAL DE CONCEPÇÕES DE DEFICIÊNCIA: A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES DE DEFICIÊNCIA

Lauren Cristine Aguiar Nunes¹
Giovana Rezende Vieira²
Lucia Pereira Leite³

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa parte do arcabouço teórico e da concepção de ser humano da Psicologia Histórico-Cultural, a qual compreende que a relação do ser humano com o mundo não é direta, mas sim mediada por relações sociais, em um espaço e contexto histórico, político e cultural. Os seres humanos, ao se apropriarem dos elementos objetivados em sua cultura e ao desempenhar o fazer em sociedade, podem ressignificar os significados dos conceitos. Estes significados não são fixos nem estáveis, estão em processo e transformam-se acompanhando o desenvolvimento do indivíduo e dos grupos sociais (GÓES; CRUZ, 2006).

Assim, a conceituação da deficiência foi ressignificada ao longo da história, das interações dos grupos sociais e por diferentes culturas. No período medieval, a deficiência era concebida em uma perspectiva metafísica, considerada um castigo divino ou uma prova da sua devoção a Deus. Nessa perspectiva, a causa da deficiência é atribuída a um fenômeno sobrenatural, portanto, transcende a responsabilidade humana.

A partir do surgimento da burguesia, emergiram novas ideias organicistas e houve uma busca crescente pela normalização das pessoas com deficiência. A concepção biológica atribui as causas da deficiência às falhas corpóreas e ao mau funcionamento orgânico. Nesta

Esta pesquisa é resultado de um projeto maior, o qual conta com a participação de pesquisadores de universidades nacionais e internacionais, financiado pela agência FAPESP.

¹ Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Estadual Paulista - UNESP, laurencanunes@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Estadual Paulista - UNESP, girezende02@gmail.com;

³ Professora Titular do Curso de Psicologia da Universidade Estadual Paulista - UNESP, lucia.leite@unesp.br.

concepção, defende-se a reabilitação, medicalização e a cura, em vistas de aproximar o sujeito à norma hegemônica não-deficiente (PRYCHODCO, 2020).

Entretanto, próximo dos anos 70, as críticas à concepção biológica da deficiência aumentaram e a compreensão da deficiência enquanto produto social começou a repercutir. Foi a partir desta concepção social que percebeu-se a existência de barreiras sociais, que obstruem a inclusão das pessoas com deficiência. Nesta concepção, o foco deixa de estar no sujeito e passa a situar-se na interação do indivíduo com seu meio social e, sobretudo, nas respostas positivas da sociedade frente à diversidade e às barreiras sociais impostas às pessoas com deficiência (OMOTE, 1996, DINIZ, 2007, PICCOLO; MENDES, 2013, PRYCHODCO, 2020).

Os diferentes significados do conceito de deficiência são produtos sociais. As concepções de pessoas, grupos e instituições influenciam as relações sociais e orientam as ações e práticas voltadas às pessoas com deficiência (DINIZ, 2007). É de grande importância compreender as concepções de deficiências vigentes uma vez que diferentes concepções coexistem e podem embasar práticas que restringem o direito à vida plena e a autonomia destes sujeitos.

Por esses motivos, a pesquisa em questão buscou analisar como um grupo social compreende a deficiência – quais são os níveis de concordância e discordância com as concepções de deficiência em uma determinada esfera social. O grupo escolhido foi o universitário, com o objetivo de investigar como os estudantes universitários concebem a deficiência durante a sua formação acadêmica, refletindo quais concepções atravessam suas atitudes frente às pessoas com deficiência e atravessarão suas condutas profissionais.

METODOLOGIA

A Escala Intercultural de Concepções de Deficiência (EICD), utilizada nesta pesquisa, foi refinada em 2018 a partir de um projeto piloto com mais de 600 respondentes. Utilizou-se tal escala para poder analisar as concepções de deficiência prevalentes nos estudantes de uma universidade estadual pública do estado de São Paulo.

Em suma, a EICD apresenta afirmativas com as três concepções de deficiência abordadas anteriormente. Para analisar a concordância ou discordância com a concepção biológica, tem-se 17 enunciados referentes a esta concepção, para analisar a concepção social,



tem-se 15 enunciados e para analisar a concepção metafísica, tem-se 11. Assim, os participantes da pesquisa deveriam, frente aos enunciados, assinalar de 1 a 5 o quanto concordam ou discordam com as afirmativas expostas: o escore 1 se refere à discordância totalmente, 2 se refere à discordância parcialmente, 3 à não concordância e não discordância, 4 à concordância parcialmente, e 5 à concordância totalmente.

Como cada concepção de deficiência apresenta determinada quantidade de afirmativas, é possível verificar as concordâncias e discordâncias com as concepções a partir das seguintes notas de corte: discordância – escores de 17 a 34 para biológica, 15 a 30 para social e 11 a 22 para metafísica; tendência à discordância – escores de 35 a 42,4 para biológica, 31 a 37,4 para social e 23 a 27,4 para metafísica; tendência à concordância – 42,5 a 67 para biológica, 37,5 a 59 para social e 27,5 a 43 para metafísica; concordância – 68 a 85 para biológica, 60 a 75 para social e 44 a 55 para metafísica.

Por fim, cabe ressaltar que a pesquisa em questão obteve parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da aplicação da EICD, pode-se observar que, mesmo em um espaço formativo, a compreensão acerca de deficiência é complexa e atravessada por incertezas. Na pesquisa, houve a participação de 1.874 estudantes universitários, dos quais 75,61% demonstraram discordância total com a concepção metafísica, enquanto que, na concepção biológica, 81,05% apresentaram tendências à discordância ou à concordância e, na concepção social, 75,18% apresentaram tendências à discordância ou à concordância.

Para ilustrar melhor os dados, dentro dos 1.874 universitários e dentro da concepção metafísica, tiveram 13 universitários que apresentaram médias dentro da nota de corte de concordância, enquanto que 1.417 (75,61%) se encontravam na nota de corte da discordância e 444 se encontravam entre as tendências à discordância e à concordância. Já na concepção biológica, 174 demonstraram concordância, 181 demonstraram discordância e 1519 (81,05%), tendências à discordância e à concordância. Por fim, na concepção social, 175 apresentaram concordância, 290 demonstraram discordância e 1409 (75,18%), tendências à discordância e à concordância.

Estes dados demonstram que grande parte dos universitários assinalaram as questões referentes às concepções biológica e social de modo à “discordar parcialmente”, “não discordar

e não concordar” e “concordar parcialmente”. Isto pode significar que o grupo de universitários encontra-se omissos frente ao fenômeno da deficiência, pelo fato de apresentar distanciamento das afirmativas radicais, como “discordo totalmente” ou “concordo totalmente”; além de que tiveram universitários que tenderam a concordar tanto com a concepção biológica quanto com a social, o que torna-se contraditório, já que são duas concepções que divergem entre si.

Assim, identifica-se a dificuldade deste grupo em definir o que é deficiência. Percebe-se que os universitários, participantes da pesquisa, sabem o que não é deficiência, mas não se apropriaram do que é deficiência. Esta compreensão rasa acerca do fenômeno pode se dar pela falta de visibilidade social da deficiência, por esta ter sido historicamente marginalizada e, conseqüentemente, pouco debatida nos espaços sociais. Dessa forma, apesar da deficiência ser mais discutida atualmente e de existirem políticas e ações afirmativas, que assistem as pessoas com deficiência (BONFIM, 2009), o conceito de deficiência foi pouco transformado e aprofundado pelos civis.

Outro aspecto interessante é que, apesar do ser humano ter a capacidade de reiterar conceitos, já que todo sujeito se desenvolve a partir de ideologias e conhecimentos construídos historicamente, transmitidos por meio das relações sociais (LEITE; MATTOS, 2016), no grupo investigado não houve concordância com uma concepção de deficiência construída e prevalente na idade média. É provável que tal discordância tenha se dado pelo fato da amostra em questão desvalorizar conceitos que advêm do místico e/ou religioso, já que se encontra em um ambiente acadêmico, que prioriza os conhecimentos científicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se o quanto a temática da deficiência é pouca debatida e aprofundada no contexto universitário, já que os estudantes universitários demonstraram superficialidade e contrariedade em relação ao que é deficiência. Uma possível implicação negativa seria o impacto significativo na forma como estes futuros profissionais se relacionam com as pessoas com deficiência, já que podem apresentar desde posturas que reivindicam a participação social das pessoas com deficiência e que as incluam, como podem também culpabilizar as pessoas com deficiência pelas limitações e desvantagens que vivenciam.

Como as concepções biológica e social de deficiência encontram-se rasas e inconsistentes nos universitários, os comportamentos destes frente às pessoas com deficiência podem se dar da mesma forma: podem apresentar atitudes incongruentes, as quais estão entre a

integração e a inclusão. Dessa forma, faz-se importante investir em ações que ampliem o conhecimento dos universitários frente à deficiência, seja a partir de reestruturações curriculares e/ou de eventos, projetos e debates sobre o tema.

Por último, cabe ressaltar a relevância da investigação das concepções, não somente no ambiente universitário, mas em demais contextos sociais. Por meio da aplicação da EICD, é possível constatar como as pessoas, de diversas esferas sociais, concebem e se relacionam com a deficiência, auxiliando assim na estruturação de ações futuras que valorizem cada vez mais a diversidade humana.

Palavras-chave: Universidade; Concepção de Deficiência; Escala de Concepções.

REFERÊNCIAS

BONFIM, S. M. M. A Luta por Reconhecimento das Pessoas com Deficiência: aspectos teóricos, históricos e legislativos. Dissertação (Mestrado) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 2007.

GOÉS, M. C. R. & CRUZ, M. N. Sentido, significado e conceito: notas sobre as contribuições de Lev Vigotski. **Pro-Posições**, v. 17, p. 31-45, 2006.

LEITE, L. P.; MATTOS, B. M. APLICAÇÃO DA ESCALA DE CONCEPÇÕES DE DEFICIÊNCIA (ECD) EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA DO BRASIL. **Journal of Research in Special Educational Needs**, v. 16, p. 155-158, 2016.

OMOTE, S. Perspectivas para conceituação de deficiências. **Revista Brasileira de Educação Especial**, V. 2, N. 4, P. 127-135, 1996.

PICCOLO, G. M.; MENDES, E. G. Sobre formas e conteúdos: a deficiência como produção histórica. **Perspectiva**, V. 31, N. 1, P. 283-315, 2013.

PRYCHODCO, R. C. Influência dos modelos biomédico, social e biopsicossocial nas concepções e práticas de intervenção direcionadas à inclusão escolar. Tese de Doutorado em Saúde, Interdisciplinaridade e Reabilitação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP, 2020.